



BAIXA VISÃO E A INTERDISCIPLINARIDADE NA “AMPLIAÇÃO” DOS SABERES

Eurides Bomfim de Melo

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

eurides.melo@bol.com.br

Resumo

O objetivo da pesquisa é ampliar as experiências de ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, dos educandos com baixa visão, incluso em sala de aula regular de ensino, buscando refletir e promover o fomento da inclusão escolar e social para a constituição da cidadania. As observações e intervenções foram realizadas em sala de aula regular, em instituição pública e municipal de ensino, do município do Cabo de Santo Agostinho – PE. Tendo como foco a promoção da acessibilidade, a informações e a produção de materiais pedagógicos adaptados para os educandos com baixa visão, por meio da prática de leitura e escrita. Como também, instigar o envolvimento dos profissionais que trabalham em vários seguimentos da unidade escolar (docentes, coordenadores, administrativos, comunidade escolar, etc) de forma cooperativa e coletiva. Concluímos que os envolvidos no projeto demonstraram curiosidade e interesse em “conhecer” as especificidades dos sujeitos com baixa visão. E, também, as estratégias pedagógicas diversificadas, desenvolvidas no âmbito escolar, para dar suporte a gestão, o acompanhamento e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos educandos, contribuindo para a minimização de barreiras atitudinais e a viabilização da inclusão escolar e social, por meio das reflexões acerca da contribuição social que a convivência com as diferenças ocasionam no fomento de uma Educação para Todos.

Palavras chave: Inclusão escolar, Baixa visão e Aprendizagem.

Introdução

Foi a partir das inquietações sentidas pelas docentes no transcorrer dos afazeres pedagógicos na modalidade de Ensino Fundamental I, em relevância ao processo de inclusão escolar em sala regular, que surgiu a necessidade de desenvolver um trabalho cujo o foco valorizasse o respeito as diferenças e as especificidades do sujeito, no âmbito escolar, e também fora dele. Tendo como premissa a promoção de um ambiente acolhedor, acessível e educativo para todos os educandos. A problemática que nos instiga, é: como a unidade escolar



pode garantir o efetivo ensino e aprendizagem dos educandos¹ com baixa visão, de maneira interdisciplinar com a diversidade de educandos com diferentes tipos de deficiências encontradas na sala de aula e/ou na escola?

Dessa forma, elencamos como objetivo geral: promover o conhecimento sobre a baixa visão e a produção e uso coletivo de materiais pedagógicos adaptados. E específicos: Conhecer o livro Floresta Encantada e a biografia do autor Manuel Victor; Favorecer estudos interdisciplinares sobre a deficiência da baixa visão e a legislação vigente que ancora as práticas pedagógicas educacionais; Produzir coletivamente materiais adaptados para a promoção da culminância do projeto com a exposição dos materiais e a participação da comunidade escolar.

Sendo assim, reforçamos a relevância de minimizar as barreiras atitudinais no que se refere a aceitação da pessoa com baixa visão, e sensibilizando de forma cooperativa e colaborativa os envolvidos no projeto. Portanto, todos se mostram responsáveis e coautores do seu processo de ensino e aprendizagem significativa, fazendo uso da interdisciplinaridade como movimento articulador do ensino e aprendizagem. Interagindo e administrando a gestão da sala de aula como elemento primordial para efetivar a leitura de mundo por parte dos educandos.

Fundamentação

A perspectiva de inclusão voltada para as pessoas com deficiência, inicia de forma significativa, por volta da década de 80 com a Declaração de Cuenca, cujo tema foi o direito à educação; à participação e à plena igualdade de oportunidades para a pessoa com deficiência, bem como, a necessidade de relacionar o atendimento educacional adequado com as características individuais de aprendizagem (CARVALHO, 2000).

1

¹ Optei por utilizar o termo “educando” em vez de “aluno” tendo por base o pensamento freiriano que compreende a continuidade do processo educativo no contexto do inacabamento do ser humano.



Na década de 90 com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, foram elaboradas as diretrizes nessa linha de educação, expandindo o ideal de Educação para Todos, e na Espanha em 1994, outro documento surge nesta mesma linha, a Declaração Salamanca. Este último defende a promoção de uma pedagogia equilibrada, apontando para a inclusão e vislumbrando um modelo capaz de garantir uma educação de “qualidade” para todas as pessoas, independente de serem diferentes, como observamos:

As escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, sociais, linguísticas ou outros. Devem acolher crianças com deficiências, e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (Declaração de Salamanca, 1994: 09).

A Declaração de Salamanca é um marco no processo de inclusão. Pois, preza pelo atendimento de muitos grupos, anteriormente segregados. E por meio da conscientização da necessidade de estabelecimento do um olhar mais aguçado, também requer um ambiente escolar diversificado que se mostre favorecedor de múltiplas aprendizagens, onde o educando possa aprender a conquistar o seu lugar social de direito. Sendo assim, a cidadania se efetiva quando se permite instaurar uma educação pautada no respeito às peculiaridades de cada sujeito, por meio de práticas de acessibilidade que configurem um repensar das estratégias de ensino e aprendizagem.

Por buscarmos compreender a complexidade do processo de inclusão escolar e contribuir efetivamente para a promoção do ensino e aprendizagem, levando em consideração os diversos ritmos de aprendizagens e as habilidades diferenciadas dos educandos com deficiência² (baixa visão e surdez), mobilizamos esforços na elaboração de estratégias pedagógicas que dessem suporte as especificidades dos educandos. Ao mesmo tempo em que



elaboramos redes de saberes vislumbrando a promoção de um ambiente acolhedor, acessível e educativo para todos. E em particular para os educandos com deficiência.

Mantoan 2009 preza por ações colaborativas e destaca a relevância de estabelecer redes de saberes e de relações que se entrelaçam na reconstrução dos conhecimentos. E, em consonância com a estudiosa, reforçamos a relevância dessas ações pedagógicas, no contexto dos educandos com deficiência, para estabelecer um entendimento mais abrangente das habilidades e limitações inerentes aos educandos com baixa visão, estimulando-os a perceber e a conviver com cada um e com todos.

Dessa forma, reforçamos a crença de que o respeito às diferenças é princípio fundamental para a superação de barreiras atitudinais³ que possam vir a “mascarar” atitudes inclusivas. Na construção de uma escola inclusiva que se mostre sensível e preze pelo respeito as diferenças, ao ritmo de aprendizagem, as peculiaridades do sujeito individual e coletivo, as adaptações curriculares, ao trabalho em equipe, etc. Sendo assim, vislumbrar um contributo social em prol da garantia dos direitos da Educação para Todos. Conforme Rebouças e Reis 2010,

“... a escola se vê confrontada com o maior desafio ético-profissional: deixar de ser a escola de alguns e para alguns, e passar a ser uma escola de todos e para todos , onde todas as crianças tem direitos, independentemente de suas diferenças individuais e sociais e ter acesso e sucesso no ensino regular”.

Nesse termos, ratificamos a relevância de uma prática docente pautada nas especificidades dos sujeitos individual e coletivo, como elemento favorecedor de aprendizagens significativas.

A partir do reconhecimento de que se faz necessário conhecer para poder intervir de forma efetiva, buscamos em nossa prática pedagógica disseminar o conhecimento a respeito



da baixa visão, em prol da construção de coparticipações que direcionem a dinamizem os fazeres pedagógicos para a inclusão escolar e social dos educandos com deficiência – baixa visão.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), considera-se deficiente visual a pessoa que é privada, em parte (segundo critérios preestabelecidos) ou totalmente da capacidade de ver. A Baixa visão ou visão subnormal para quem tem uma acuidade visual menor que 0,3 (Snellen)⁴. Ou seja, é o grau de aptidão do olho, para discriminar os detalhes espaciais, a capacidade de perceber os contornos dos objetos. É o nível de nitidez que o olho consegue ver. É o comprometimento do funcionamento visual em ambos os olhos, mesmo após correção de erros de refração comuns com uso de óculos, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas. Tendo a classificação do Código Internacional de Doenças CID10-H54.2 - visão subnormal em ambos os olhos.

No nosso entendimento, a base do fazer pedagógico é pautado na observação. E os docentes que atuam nos anos iniciais da educação básica, tem um papel fundamental na observância dos sintomas que podem vir caracterizar futuros problemas de visão. Os principais indícios relacionados à deficiência visual são: constante irritação ocular, excessiva aproximação junto ao rosto para ler ou escrever, dificuldade para leitura à distância, esforço visual, inclinação da cabeça para tentar enxergar melhor, dificuldade de enxergar pequenos obstáculos no chão, nistagmo (olho constantemente trêmulo), estrabismo ou dificuldade de enxergar em ambientes claros.

Mas, nem sempre é possível perceber esses fatores, principalmente quando nos deparamos com as adversidades no exercício da profissão de professor. Seja, de infraestrutura,



de formação continuada, de apoio pedagógico, de escolas/classes superlotadas, de sensibilidade para perceber as especificidades de cada sujeito.

Tendo em vista as limitações supracitadas, o sistema educacional, necessita estar atento ao cumprimento de suas funções sociais e pedagógicas, no que diz respeito à gestão, o acompanhamento e a avaliação do ensino e aprendizagem, de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Conforme Vasconcelos e Vasconcelos 2010, o âmbito escolar, depois da família, se configura como o primeiro espaço promotor de cultura e de convivência com a diversidade, configurando um eixo central no processo de aprendizagem, levando em consideração o contexto social e cultural ao qual o educando se encontra imerso.

Sendo assim, a convivência ocupa um espaço primordial no desenvolvimento pleno dos educandos. E, diante dessa constatação, a realização de um trabalho de esclarecimento e conscientização acerca do estabelecimento de um “olhar mais sensível” sobre o sujeito com baixa visão mostra-se relevante. Bosa e Hoher, 2009 ratifica que o debate tem sempre um importante papel na educação para a identificação precoce das características de um quadro de deficiência, por parte da família, e para o início do processo de diagnóstico.

Dessa forma, ratificamos a relevância de se manter redes de saberes que perpassem pelas etapas de ensino, como possibilidade de ampliação de conhecimentos acerca da deficiência da baixa visão. De acordo com Sá 2009,

“... a baixa visão é uma condição visual complexa e heterogênea, com manifestações peculiares em cada indivíduo. Caracteriza-se pela instabilidade, pela estabilidade e pelas oscilações entre o ver e o não ver devido a múltiplos fatores orgânicos, emocionais e ambientais”. (p.112.)

Portanto, é no âmbito escolar que temos a oportunidade de aguçar o olhar sobre as dificuldades de aprendizagens e elaborar estratégias para superação das mesmas, dando continuidade ao processo de ensino e aprendizagem dos educandos com deficiência.



Pois, é na primeira infância, e na educação infantil que se pode, tanto identificar alguns sinais/sintomas da baixa visão, quanto, estabelecer uma estimulação precoce com o uso de práticas pedagógicas específicas que respeitem as diversidades de habilidades focando na superação das dificuldades apresentadas pelo educando.

Contudo, é papel desempenhado pela escola, promover momentos de debates e reflexões entre os familiares e responsáveis dos educandos, entre os diversos tipos de profissionais que constituem a unidade escolar, em prol da construção de pensamentos e atitudes inclusivas, que levem em consideração a minimização de barreiras atitudinais que possam a vir estigmatizar os educandos com deficiência. É função da escola, promover a superação dos desafios e obstáculos no contexto escolar, e também fora dele, no que diz respeito a ampliação dos saberes dos educandos.

Nesse contexto, a unidade escolar exerce uma função primordial no favorecimento de atitudes e saberes, que dinamizem as aprendizagens vivenciadas, tornando-a um espaço privilegiado de inclusão por ser reconhecida como uma organização social e um *locus* educativo do saber. Desempenhando um papel relevante na construção de relações sociais e interpessoais dos sujeitos – conforme, afirma Borges (2001). E favorecer trocas de experiências riquíssimas na construção da identidade do sujeito.

Nessa perspectiva, e almejando favorecer um contributo social, compreendemos a relevância das trocas de experiências no contexto da sala de aula, e também fora dela, que valorizam a diversidade de saberes e de habilidades dos educandos com baixa visão para a promoção de uma aprendizagem significativa. Segundo Santos 2014, *Apud* Ausubel 1980, para que ela aconteça é imprescindível a existência de material potencialmente significativo (conteúdos), estrutura cognitiva preexistente e predisposição à aprendizagem.



Sendo assim, uma boa seleção e organização dos conteúdos, alavancados pelos conhecimentos armazenados, possibilitam a interação evolutiva dos resultados entre os *novos* e *velhos* conhecimentos, na construção e reconstrução dos saberes e sua utilização na prática.

Daí a importância de disseminar a formação de redes de saberes, no seio das unidades escolares. E, também fora delas, com o estabelecimento de parcerias com a comunidade escolar, com adaptações curriculares para a minimização e possíveis eliminação das barreiras atitudinais e procedimentais, respeitando e valorizando do conhecimento do sujeito individual e coletivo, para a estimulação de suas dimensões sociais, afetivas, cognitivas, na constituição do cidadão de direitos. E da garantia de uma Educação para Todos.

Instrumentos metodológicos

Esta pesquisa, de acordo com Marli André (1995) é de caráter qualitativo do tipo etnográfico participativo. Em que as pesquisadoras interagem com o objeto de estudo e compreende a descrição, a formulação de conceitos, hipóteses e a aplicabilidade delas.

O público-alvo foram educandos do Ensino Fundamental I, matriculados na turma do 2º ano B, no primeiro turno da Escola Municipal Professor José Pantaleão Dutra Júnior, localizada em Charneca, Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. E Comunidade escolar.

Os recursos didáticos utilizados: Cartazes; aparelho de som, TV, PC, projetor, modem, materiais didáticos adaptados; caderno de pauta ampliada, lupa, livro didático, vídeos, dramatizações, texto ampliado e reduzido, papéis coloridos, cola, tesoura, lápis hidrocor, atividades escritas adaptadas, papéis para dobradura, tnt, livro ampliado, lápis grafite do tipo 6B, etc.

Metodologia:

1º momento - Foram realizados estudos dirigidos tendo como base livro A Floresta Encantada de Manuel Victor. De início foram trabalhados os elementos pre textuais, no sentido de instigar os educandos sobre a leitura que seria realizada. Na roda de conversa os



educandos puderam validar suas hipóteses a respeito do que encontrariam e/ou aprenderiam com o livro.

A leitura aconteceu em dois momentos distintos : primeiro de forma imagética e forma oral em que os estudantes ouviram e fizeram associações as ilustrações apresentadas. Em seguida, em Língua Brasileira de Sinais⁵ (LIBRAS), para os educandos surdos inclusos na sala de aula regular, compreendessem e significassem os conhecimentos acerca do que é a baixa visão. Após foi realizada a releitura oral e escrita da história com a produção de um texto coletivo com a criação de um novo final para a história estudada, e ilustrações produzidas com a técnica de dobradura.

2º momento - Estudo dirigido, sobre a deficiência da Baixa visão com a exibição do vídeo da entrevista do autor do livro A Floresta Encantada, Manoel Victor, sobre o lançamento do seu segundo livro A Floresta Encantada II, na Feira de Livro de Pernambuco no ano corrente. Durante esta etapa das atividades convidamos o nosso educando que tem baixa visão (do quarto ano) para fazer parte dos estudos, e ele relatou as dificuldades que a limitação da visão impõe ao desenvolvimento escolar. Por isso, quanto mais pessoas forem esclarecidas sobre o que é a baixa visão, estaremos um passo à frente para minimização de barreiras atitudinais que possam a vir mascarar atitudes e ações inclusivas.

Os educandos ficaram surpresos com a fala do colega, e com alguns materiais (tecnologias assistivas) demonstrado por ele, como: a lupa, o caderno de pauta ampliada. E viram na prática que apesar das dificuldades encontradas no âmbito escolar, é possível superá-las com suportes pedagógicos adequados, promovendo ambientes de interações pedagógicas que possibilitem o despertar da sensibilidade dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.



O decorrer dessa etapa de estudos, configurou muitos aprendizados. Pois, ambos os educandos (surdo e com baixa visão), mostraram-se surpresos a respeito das dificuldades enfrentadas e superadas por de cada um deles. Demonstraram aceitação e respeito incrível para com o “outro”. Ajudando-se mutuamente na realização das atividades. Na produção e utilização e materiais pedagógicos adaptados, como: a lupa, a escrita no caderno de pauta ampliada em diferentes tamanhos de fontes e cores, utilizar o ambiente mais claro ou escuro para a identificação de objetos e suas formas, uso de auxílios ópticos, observação da tradução em LIBRAS.

Com essas ações perceberam, também, a importância de se manter o ambiente escolar livre de poluição visual. Pois, o educando com baixa visão necessita de estímulos visuais que o auxiliem na leitura de mundo. Portanto, deve-se ter cautela quanto a afixação de cartazes e murais. Também, realizaram a produção dos personagens da história com a técnica da dobraduras para a organização de um painel que retratasse a história estudada no livro.

3º momento - Reflexão a respeito de tudo o que foi estudado, com uma roda de conversa mediada e traduzida em LIBRAS para todos os educandos, e produção de material pedagógico adaptado; organização coletiva do um painel utilizando a técnica da dobradura, para a exposição da culminância do projeto. Também, a produção de um bilhete coletivo para o autor do livro, Manuel Victor.

Também realizamos estudos de legislação específica sobre a deficiência da baixa visão com diversos seguimentos de profissionais que atuam na unidade escolar, com a apresentação de vídeos e depoimentos a cerca da superação dos obstáculos, e da relevância de se disseminar os conhecimentos para “além dos muros da escola”.

4º momento - A última etapa do projeto foi a produção de um bilhete feito de forma coletiva, para o autor Manuel Victor. Esse bilhete expressa a opinião da turma acerca das impressões sobre o livro, elogiando e pontuando a relevância do material/livro adaptado para o público de leitores que também tem a baixa visão. Evidenciando a opinião da turma a respeito do livro e do seu impacto na produção e ressignificação dos conhecimentos.



No encerramento realizamos a culminância com a exposição de materiais pedagógicos adaptados produzidos pela turma, o painel que retrata a história aborda no livro de Manuel Vitor com a visita da comunidade escolar.

Avaliação

Ao longo do processo foram analisados aspectos conceituais, atitudinais e procedimentais dos envolvidos no projeto; gestando, acompanhando e avaliando o processo de ensino e aprendizagem dos educandos e demais participantes. Observamos, também, a assiduidade, a participação e o interesse de todos os envolvidos em situações didáticas promovidas no espaço escolar e fora dele.

Resultados e Discussões

O projeto “ Baixa visão e a interdisciplinaridade na ampliação dos saberes” foi bem aceito pelo público-alvo, no desenrolar das atividades. Pois, tiveram a oportunidade de conhecer e aprender mais sobre a deficiência da baixa visão, e sobre as relações interpessoais desenvolvidas entre os educandos com e sem deficiência.

A aplicação do projeto oportunizou abordar de forma ampla e aprofundada por meio da leitura do livro escrito por Manuel Victor “A Floresta Encantada” em que podemos visualizar o texto com letra ampliada, adaptado para os leitores com baixa visão. Possibilitando perceber as diferenças na diagramação do livro, que é muito colorido e com o texto ampliado, específico para o atendimento do público em questão. Também, produzimos a reescrita coletiva da história – texto oral, escrito, e sinalizado com o propósito de sermos capazes de refletir acerca do contexto da criação da história e da relevância de se promover pensamentos e ações inclusivas em prol da aceitação e valorização dos educandos com deficiência Baixa visão.

As ações pedagógicas foram gratificantes, no sentido de construir mutuamente o respeito e a aceitação do “outro” como sujeitos possuidores de individualidades e habilidades diferenciadas. Os educandos demonstraram atenção e respeito ao “outro” enquanto sujeitos ativos e corresponsáveis em busca de novos conhecimentos. Pois, aprenderam na prática

como é importante para o educando com baixa visão a utilização dos recursos pedagógicos adaptados no processo de ressignificação dos saberes.

Com a culminância, tivemos a certeza do cumprimento do nosso papel social e pedagógico enquanto instituição de ensino. Pois, a participação da comunidade escolar ampliou a rede de saberes para além os muros da escola, disseminando os conhecimentos na tecitura de uma “teia” de conhecimentos essenciais em busca da constituição da cidadania.

Considerações

No contexto em questão, o processo de aprendizagem significativa foi otimizado e os participantes ampliaram e compartilharam seus saberes, tecendo uma rede de saberes tão relevante para disseminar o conhecimento para além dos muros da escola e, ampliar a possibilidade de leitura de mundo.

Dessa forma, temos a crença quanto a minimização das barreiras atitudinais em prol da inclusão escolar e social. Ao mesmo tempo em que os educandos produziram e ressignificaram saberes de forma lúdica, brincando e refletindo acerca do que estava sendo proposto nas atividades pedagógicas.

Para nós, docentes, fica a certeza de que de um novo aprendizado foi oportunizado, ressignificado e assimilado, com a promoção de um ambiente educacional acolhedor e inclusivo para as pessoas que tem baixa visão. Tendo contribuído para a instauração de um olhar mais sensível para com os sujeitos possuidores de habilidades e potencialidades diversificadas a serem desenvolvidas por meios de estímulos adequados e materiais pedagógicos adaptados. Em prol de uma Educação Para Todos.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da Prática Escolar**. 2º Ed. Campinas: Papirus, 1995.

BORGES, Maria Creuza de Araújo. **Os Impactos da Reestruturação Produtiva numa Concepção de Gestão**. In R. de Adm. Educacional; Ed Universitária. Recife, v1, n.7, PL-137, jan/jun, 2001.



BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96**. 5º Ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a educação Especial**. 2ºed. Rio de Janeiro: WVA, MEC, 2000.

MANTOAN, Maria Tresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2º Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ONU. **Declaração das Nações Unidas**. Declaração de Salamanca. Espanha, 1994.

REBOUÇAS, Eleuza e REIS, Silvana. **Viver, conviver e ver diferente**. In: **Saberes sobre Inclusão Escolar**. Albuquerque e Neves (Orgs). 2010.

SÁ, Elizabet Dias de. **Atendimento Educacional Especializado para Alunos Cegos e com Baixa Visão**. In **O Desafio das Diferenças na Escola**. Maria Tereza Égler Mantoan (Org). 2 Ed. _ Petrópolis, Rj: Vozse, 2009.

SANTOS, Luíza Garcia dos. **Por uma Escola sem Exclusões: intervenções pedagógicas junto a estudantes cegos e com baixa visão**. In: **Caminhos para uma Educação Inclusiva: Políticas, práticas e apoios especializados**. Martins, Pires e Pires (Orgs). João Pessoa: Ideia, 2014.

UNESCO. **Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências**. 2007.

VICTOR, Manuel. **A Floresta Encantada**. - Recife: Bagaço, 2013.